

PELA MANUTENÇÃO DA BANCADA PETISTA NA ALESP, EM DEFESA DO VOTO POPULAR E DO MANDATO DEMOCRATICAMENTE ELEITO: SIMÃO FICA!

O Partido dos Trabalhadores e Trabalhadoras tem em seus pilares fundantes a democracia. Não apenas em seu aspecto formal, mas sobretudo substancial, realizando de forma concreta os princípios de igualdade e liberdade nos exercícios político, institucional e popular que ocupa na sociedade e na história do país. É patente a diversidade presente desde sua fundação até os dias de hoje, pautando a defesa dos direitos da classe trabalhadora no conjunto de diferentes correntes de ideias e segmentos da população brasileira, isto é, sindicalistas, eclesiais, intelectuais, o movimento negro, LGBTQIA+, mulheres, ambientalistas e povos originários, movimentos sociais e populares, dentre outros.

Por essas características e por entender ser o maior instrumento da classe trabalhadora na formulação de políticas públicas e promoção de direitos, a presença da “cara do Brasil” nos espaços internos de deliberação sempre foi um princípio. O PT foi o primeiro partido do Brasil a aprovar em seu estatuto a **obrigatoriedade da paridade de gênero**, a proporcionalidade de 20% para a juventude e o critério étnico-racial de no **mínimo** 20% na composição das direções zonais, municipais, estaduais e nacional. Tal conquista ecoa em avanços de propostas e ações, garantindo maior representatividade interna, nas chapas para concorrer aos processos eleitorais, presença de petistas eleitas no legislativo dos três entes federativos, bem como no poder executivo com a vitória de Prefeitas, Governadoras e, com destaque, a primeira (e única) Presidenta da República, Dilma Rousseff. Por fim, o partido é um dos poucos a ter uma Presidenta Nacional em sua direção, sob a liderança de Gleisi Hoffmann.

Tendo em vista o compromisso do PT, de seus militantes e lideranças na promoção da igualdade, justiça social e da democracia substancial, bem como incentivo à paridade de gênero e demais políticas afirmativas para além do previsto na legislação eleitoral em suas chapas, foi com surpresa que esta Direção Estadual recebeu a decisão pela perda do mandato do Deputado Estadual Simão Pedro, membro da bancada do PT na Assembleia Legislativa de SP (ALESP), eleito por sufrágio popular. A determinação decorre após a deliberação acertada do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) pela anulação dos votos e punição de candidaturas não eleitas dos antigos PTB e PROS por fraude das cotas de gênero; todavia, a tardia retotalização dos votos da eleição de 2022 é extemporânea e cria uma nova injustiça, ao

efetivamente punir e prejudicar o PT e um **parlamentar regularmente diplomado** – terceiros envolvidos que não instrumentalizam candidaturas femininas, tampouco beneficiaram-se das condenáveis fraudes eleitorais.

A notícia também causa estranheza, visto que em momento algum ao decorrer do processo judicial o Dep. Simão Pedro ou a Executiva Estadual do partido foram notificados, impossibilitando o direito constitucional à defesa e outras possíveis ações jurídicas cabíveis. Além disso, é profunda a preocupação política com o precedente que se cria ao decidir pela destituição do cargo de um parlamentar na metade de sua legislatura, pois é evidente a insegurança política, parlamentar e jurídica estabelecida com esta definição.

Simão Pedro, junto à bancada petista na ALESP, desempenha papel parlamentar essencial. É um deputado exemplar, de princípios, ativo na formulação e aprovação de importantes projetos de lei que beneficiam diretamente toda a população paulista, assim como na defesa dos direitos em votações e articulações importantes para deter os projetos de devastação apresentados pelo atual Governo do Estado, cujo conteúdo são as privatizações da água e do ensino, retirada do orçamento da educação, a venda de terras devolutas, etc. É um mandato popular, representativo dos movimentos sociais, combativo e com exímio trabalho parlamentar em andamento há 2 anos, desde quando **empossado após vitória democrática** nas urnas com quase 60 mil votos.

O PT Paulista acredita na justiça eleitoral e espera a correta aplicabilidade da pena àqueles que não prezam pela legislação, bem como a devida intenção de punir não transfira a penalização a terceiros, em especial ao Deputado Simão Pedro. Esta direção segue acompanhando o debate no TRE para que sejam comemoradas vitórias robustas e consolidadas pela manutenção de sua bancada na ALESP, que continua com os trabalhos de fiscalização e produção de políticas públicas para a população paulista, em seu tamanho original (19 parlamentares eleitos pela Federação Brasil da Esperança - PT/PV/PCdoB).

Simão fica!

Até a vitória!

Direção Estadual do PT Paulista

(Novembro de 2024)

